

Terra habitável: paz e ecologia *A habitable earth: peace and ecology*

Luis Moita. Universidade Autónoma de Lisboa (Portugal)

Resumo

Na década de 1980 importantes movimentos sociais mobilizaram-se em torno da consciência ecológica, mas também da consciência estratégica. Quanto a esta última, ocorreu uma democratização e uma apropriação dos saberes quase sempre reservados aos meios militares, surgindo a percepção acerca da reciprocidade da segurança. Simultaneamente diversas indicações obrigavam a articular a luta pela paz e a luta pela preservação ambiental. Passados estes anos, vale a pena recapitular as lições que então amadureceram.

Abstract

In the 1980's, important social movements formed around an ecological conscience, but also around a strategic conscience. Regarding the later, there was a democratization and an appropriation of the knowledge that had almost always been reserved for the military, and a growing perception of the reciprocity of security. At the same time, different indications made it necessary to articulate the struggle for peace and the struggle for the preservation of the environment. Some years later, it is worth recapping the lessons that came to fruition back then.

Palavras chave

consciência ecológica, consciência estratégica, nuclear, pacifismo, riscos ambientais

Key-words

ecological conscience, strategic conscience, nuclear, pacifism, environmental risks

Introdução

Há cerca de trinta anos, a minha geração teve oportunidade de viver certas experiências relevantes que certamente marcaram a nossa maneira de pensar e de sentir determinadas realidades. Ao falar delas, passado todo este tempo, não escondo que se trata de uma narrativa justamente atravessada pela experiência pessoal. Mas isso é inteiramente compreensível. De algum modo, tudo aquilo de que falamos, mesmo quando ambicionamos o máximo de objectividade, está filtrado pelas percepções individuais. Como dizia alguém, *“a ciência é sempre autobiográfica”*. A suposta imparcialidade do cientista não é senão uma maneira de ele contar a sua própria vida, os passos que deu, as descobertas que realizou, as conclusões que atingiu.

Porquê trinta anos? Porque nessa altura tomámos consciência, quase em simultâneo, de duas dimensões cruciais do período histórico então vivido: a ameaça do armamento nuclear e o risco da ruptura do ecossistema. Sendo questões autónomas, elas irromperam na opinião pública com grande proximidade, não somente uma proximidade temporal, mas ainda uma proximidade – digamos – temática, como mais à frente explicarei.

Como é bem sabido, em 1972 tinha-se realizado a primeira Conferência das Nações

Unidas sobre desenvolvimento e ambiente, a célebre Conferência de Estocolmo. Aquilo que hoje nos parece perfeitamente banal dava então os seus primeiros passos no campo da consciência alargada das opiniões públicas. O carácter predador do modelo industrialista das nossas sociedades começava então a desvendar-se. Ainda com hesitação, os movimentos “verdes” irrompiam na cena social e política, muitas vezes reputados como excêntricos ou marginais (foram precisas algumas décadas para as suas perspectivas se imporem e se reflectirem nas políticas públicas dos nossos Estados). A ideia hoje absolutamente generalizada da sustentabilidade do desenvolvimento despontava então na consciência colectiva. Mas uma coisa é certa: a ecologia, a questão ambiental, desde o início surgia como questão global. Como então se dizia, as chuvas ácidas que estão a destruir a Floresta Negra da Baviera são vítimas de uma contaminação atmosférica sem fronteiras. Esta ideia *“sem fronteiras”* obrigava a uma abordagem diferente das questões, renunciando o que mais tarde haveríamos de designar como globalização...

Consciência ecológica e consciência estratégica

Coincidindo com esta consciência ecológica, uma importante sequência de factos veio fazer despertar o que se pode designar como “consciência estratégica”, em referência aos problemas da guerra e da paz, designadamente à questão nuclear. Estes factos são menos conhecidos pelos não especialistas, pelo que será útil recapitulá-los e recordar as importantes lições que deles se retiraram.

Justamente o ano de 1979 é recordado como aquele em que a OTAN, em 12 de Dezembro (poucos dias antes de a União Soviética invadir o Afeganistão), numa reunião dos Ministros dos Estrangeiros em Bruxelas, decidiu tomar aquela que ficou conhecida como a “dupla decisão”. De que se tratava? Havia informações de que estava em curso uma modernização dos arsenais soviéticos, particularmente com a introdução de dois novos vectores (meios de transporte) nucleares: um bombardeiro médio, de geometria variável, identificado pela sigla Tu-22M/-26, conhecido no Ocidente pela designação de Backfire, dotado de instrumentos electrónicos sofisticados; e um míssil balístico de médio alcance, capaz de transportar três cabeças nucleares independentes até uma distância de 5000 km: o célebre SS-20. Centenas destes novos vectores já estariam operacionais, grande parte deles orientados em direc-

ção à Europa, outros dirigidos para a China. A dupla decisão da OTAN consistia no seguinte: considerando que esta iniciativa provocava uma situação de desequilíbrio no “teatro europeu”, ou a URSS aceitava desmantelar a sua panóplia de SS-20 orientados para a Europa, ou a OTAN passaria, a partir de 1983, a instalar na mesma Europa 108 mísseis balísticos Pershing II e 408 mísseis de cruzeiro.

Estes acontecimentos deram origem à “crise dos euromísseis”, fase de acrescida tensão internacional, a contrariar aquela que parecia ser a tendência dominante da década, esses anos 1970, assinalada pelo equilíbrio entre os blocos e pelo ambiente de détente. Basta ver que em Maio de 1972 tinha sido assinado o Acordo SALT-I (que previa reduções no armamento estratégico nuclear) e em Agosto de 1975 era adoptada a Acta Final da Conferência de Helsínquia (donde haveria de resultar a OSCE – Organização de Segurança e Cooperação na Europa, símbolo das políticas ditas de “coexistência pacífica”).

Em que consistiu então a crise dos euromísseis? Rapidamente se tornou evidente que a “dupla decisão” da OTAN, supostamente destinada a restaurar o equilíbrio nuclear no continente europeu, provocava -ela sim- uma situação de grave desequilíbrio, já que introduzia novos dados estratégicos que alteravam a correlação de forças. Com efeito, se é verdade que a implantação dos SS-20 correspondia a uma

modernização do poder nuclear soviético, também é verdade que ela não rompia a paridade global existente. Inversamente, a instalação dos novos euromísseis controlados pelos Estados Unidos transformava radicalmente a situação: pelas suas próprias características, como a rapidez, ou a precisão, ou a dificuldade de intercepção, esses sistemas de armas tinham uma notória vocação de “primeiro disparo” (*first strike*). Eles constituíam tecnicamente uma tal ameaça para o território soviético que, em caso de conflito ou de crise aguda, seriam inevitavelmente os primeiros alvos a neutralizar. Desta maneira, os euromísseis agravavam drasticamente a vulnerabilidade da Europa.

Tanto mais que, entretanto, iam sendo conhecidas novas doutrinas militares em que o cenário de uma guerra nuclear limitada era expressamente previsto, com um teatro de operações circunscrito ao continente europeu. Já em 1981, tanto o Presidente REAGAN como o seu Secretário de Estado General HAIG exprimiram claramente esta possibilidade, adensando a desconfiança dos europeus quanto à protecção do chapéu-de-chuva norte-americano, já que os Estados Unidos estariam essencialmente interessados em garantir a invulnerabilidade do “santuário” do seu próprio território. Numa palavra, poucos anos depois da Conferência de Helsínquia, a segurança europeia estava verdadeiramente em crise. O armamento nuclear deixava de ser apreendido como um factor de dissuasão

no quadro da paridade estratégica das superpotências, para passar a ser sentido como um foco permanente de instabilidade e de risco. O declínio da déttente levava a pensar que o imenso potencial destruidor, longe de ser um monstro adormecido, estava ao serviço de políticas externas agressivas, não sendo de excluir a sua utilização. A catástrofe nuclear era assim uma possibilidade histórica e a Europa poderia muito bem ser o campo de batalha ou, pelo menos, o epicentro da explosão. Não era pois sem fundamento que a ameaça de guerra e a consciência do perigo da auto-destruição da humanidade pairavam sobre a nossa geração.

A percepção deste risco esteve na origem de um dos maiores movimentos de massas populares dos tempos modernos. Manifestações gigantescas como não se viam desde o termo da segunda guerra mundial foram tendo lugar nas principais capitais, desde Bona até Londres, desde Nova Iorque até Roma. Em Bruxelas, em Berlim, em Perugia, reuniram-se anualmente grandes Convenções europeias onde se concentravam os activistas deste importante movimento. A sua plataforma de referência foi uma Declaração de iniciativa da FUNDAÇÃO RUSSELL e assinada por um certo número de sindicalistas e parlamentares britânicos, tornada pública em 1980, documento de grande valor simbólico, conhecido como *Apelo Russell*. A sua palavra de ordem ficou célebre: “O remédio encontra-se nas nossas mãos.

É necessário que actuemos em conjunto para libertar o território da Europa, desde a Polónia até Portugal, de armas nucleares, de bases aéreas e de bases de submarinos, bem como de todos os organismos que participam na pesquisa ou fabrico de armas nucleares”.

A democratização dos problemas da guerra e da paz

As lições deste movimento histórico são múltiplas, mas entre elas podemos destacar o significado da democratização das questões da guerra e da paz. As guerras do passado, por maior que fosse o peso da tecnologia das armas utilizadas, supunham sempre uma intensa participação humana, já que o afrontamento dos exércitos assentava na capacidade de maciça mobilização popular. Inversamente, a guerra do futuro pode ser feita por um círculo extremamente reduzido de pessoas, não obstante a sua ocorrência afectar um número incomparavelmente maior de seres humanos, porventura a espécie inteira. Desta compreensão decorria uma fundamental reivindicação do movimento pela paz, que era a da democratização das decisões sobre a paz e sobre a guerra. A questão da guerra é importante de mais para ser deixada nas mãos dos políticos e dos generais. Os povos não podem consentir que os seus destinos sejam passi-

vamente confiados aos Estados-maiores, esses mesmos Estados-maiores que formam uma casta com interesses próprios a defender, que sofrem a pressão dos complexos militar-industriais e que frequentemente manipulam as opiniões públicas, usando e abusando de uma contabilidade armamentista deformada, ao mesmo tempo que –com frio cálculo– vão programando cenários de guerra.

Tal exigência de democratizar as decisões sobre matéria tão relevante traduzia-se numa espécie de recusa de delegação de poderes. Os problemas da segurança colectiva mais do que técnico-militares são político-sociais e, nessa medida, têm de ser assumidos pela sociedade inteira, tornando imperativos o controlo e a participação populares nas opções que são feitas. Tratava-se de mais um motivo para introduzir um factor de crise nas democracias ocidentais as quais, sendo supostamente sociedades abertas e participativas, restringem drasticamente o âmbito das decisões no domínio militar, argumentando com a tecnicidade das questões e, mais ainda, com a confidencialidade exigida por razões de segurança nacional e internacional. Mas o movimento pela paz nos anos 80 demonstrou o início de uma apropriação colectiva da própria problemática estratégica e militar, rompendo o hermetismo do seu conhecimento e forçando a democratização do seu tratamento.

A apropriação da inteligência estratégica

Esta razoável democratização das questões da guerra e da paz foi acompanhada por aquilo a que poderíamos chamar a “*apropriação da inteligência estratégica*”. Largos sectores da opinião pública passaram a ter dos processos militares uma nova percepção, para além dos aspectos “*cénicos*” ou “*coreográficos*” do modo como a guerra se desenrola. Não só se apreendiam novas dimensões da correlação de forças entre as potências dominantes, como se acedia a determinada tecnicidade dos armamentos e da sua utilização.

Basta ver o exemplo dos mísseis Pershing II a que aludi acima. Eles destinavam-se ao território da antiga República Federal da Alemanha, quase na fronteira da Cortina de Ferro. A grande particularidade desses mísseis balísticos era a sua extrema velocidade: calculava-se que em poucos minutos poderiam atingir cidades soviéticas. Como vimos, em caso de agravamento das tensões internacionais ou de ocorrência de crise aguda, esses mísseis seriam provavelmente objecto das tentativas soviéticas para os neutralizar preventivamente, antes mesmo de poderem ser usados. Daí a conclusão lógica de que, em vez de constituírem factor de segurança acrescida, os Pershing II eram sentidos como factor de ameaça. Ao compreendermos

isto, estávamos a realizar a apropriação da inteligência estratégica. Mais ainda, esta compreensão levava a entender que a segurança é necessariamente recíproca: se eu sou demasiado forte perante um adversário, essa força é percebida como ameaçadora e um adversário ameaçado é também um adversário agressivo. Naquele caso, a instalação dos euromísseis, longe de ser um acto tranquilizador, aumentava a vulnerabilidade em detrimento da segurança. Por causa disso, o movimento pela paz desses anos não reclamava ingenuamente o desarmamento unilateral, mas proclamava a necessidade de iniciativas unilaterais de desarmamento, ou seja, iniciativas tendentes a inverter a lógica da escalada armamentista.

Semelhante posição situava-se na linha de uma história de resistência ao armamento nuclear que, como era previsível, muito cedo foi liderado por cientistas. São conhecidos os dramas pessoais que angustiaram a consciência de alguns desses cientistas cujas pesquisas, directa ou indirectamente, levaram à produção do explosivo baseado primeiro na cisão e depois na fusão dos átomos. Logo em 1945, ainda antes da detonação das primeiras bombas, um relatório norte-americano conhecido por “*Franck Report*” colocava sérias reservas à utilização das novas armas. Depois de Hiroshima e Nagasaki, um grupo de cientistas americanos constituiu o “*Conselho por um Mundo Habitável*” onde estas questões começaram a ser debatidas

sistematicamente. Foram pois os homens de ciência os primeiros a organizar-se em torno do perigo atômico. Só mais tarde as populações vieram a sensibilizar-se pelos riscos das contaminações radioactivas, na fase dos frequentes ensaios nucleares na atmosfera – mas o posterior tratado que limitava este tipo de ensaios veio desmobilizar as iniciativas que despontavam.

Mas quando irrompe o movimento pela paz da década de 1980, um facto novo veio sacudir a visão acerca destes problemas: os célebres relatórios sobre o chamado *“inverno nuclear”*. Grupos de cientistas independentes de um e outro bloco tornaram então públicos os seus estudos que avaliavam as possíveis consequências de uma guerra nuclear. Mais concretamente, baseavam-se no cenário que seria o de uma guerra nuclear *“limitada ao teatro de operações europeu”*, na qual seria utilizado apenas um terço dos arsenais nucleares disponíveis. Ambos os relatórios, mais tarde contestados por outros cientistas, coincidiam nas suas conclusões: as nuvens radioactivas e o conjunto de poeiras que se formariam na atmosfera provocariam um arrefecimento geral da temperatura da terra, de tal modo que se tornaria muito difícil a sobrevivência da espécie humana no planeta. Posta nestes termos, uma consequência ficava clara: com elevado grau de probabilidade, uma guerra nuclear, mesmo limitada, não teria vencedores nem vencidos.

Movimento pela paz e movimento ecológico

Mas esta reflexão aponta para outra ligação fundamental: o cruzamento da questão da paz e dos problemas ambientais. Digamos que nos situamos no ponto de encontro do movimento pela paz e do movimento ecológico: a compreensão da guerra como acto de agressão ao ecossistema, podendo pôr em risco o frágil equilíbrio da sustentabilidade da vida.

São conhecidos muitos episódios desta equação, desde as operações militares donde resultam marés negras, até aos armamentos químicos que contaminam terras aráveis, ou aos bombardeamentos com engenhos de urânio enriquecido que prolongam no tempo a sua acção letal. Mas estes episódios culminam para essa situação limite que seria a da guerra nuclear, pondo em risco a um tempo a sobrevivência da humanidade e a habitabilidade do planeta terra.

Mais ainda: naquela altura tornou-se também evidente como é ténue a fronteira entre o nuclear militar e o nuclear civil. O problema era sentido com peculiar intensidade na República Federal da Alemanha: o facto de, num território não muito extenso, existirem dezassete centrais nucleares, levava a pensar quanto seria frágil a diferença entre uma guerra convencional e uma

guerra nuclear. Se ali se situasse o campo de batalha, a mera utilização de armamento convencional poderia desencadear uma catástrofe nuclear sem precedentes se fossem atingidas as referidas centrais de energia.

O conjunto destas reflexões mostra a proximidade e a conexão entre as lutas contra a guerra e as lutas pela preservação ecológica e a qualidade ambiental. Há trinta anos atrás, uma geração de europeus foi despertada para estas percepções, inquietou-se com elas e mobilizou-se para as enfrentar. Neste espaço de tem-

po, entre 1979 –ano da dupla decisão da OTAN– e 2009 em que nos encontramos, ambas as correntes fizeram o seu caminho, a consciência dos riscos ambientais disseminou-se generalizadamente e a rejeição da guerra teve momentos altos nos nossos dias. E ouvimos o novo Presidente dos Estados Unidos da América, Barack OBAMA, proclamar duas coisas: a atenção aos equilíbrios ecológicos e a ambição de eliminarmos do mundo as armas nucleares. Mas tais promessas só poderão ser concretizadas graças ao nosso esforço comum.